

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a PBH Ativos S.A. e a empresa BDO RCS Auditores Independentes-SS.

A **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Pedro Meneguetti**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, **Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SS.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79, com sede à rua Major Quedinho, nº 90, Bairro Consolação, São Paulo – SP – CEP: 01050-030, representada pelos seus sócios, Francisco de Paula dos Reis Júnior, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 007.190.878-13 e Paulo Eduardo Santos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 037.534.906-52 doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 002/2016, processo administrativo nº 03.16.376, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis, doravante considerando:

Considerando que, as partes deliberaram pelo interesse sobre a continuidade do contrato;

Considerando que, conforme se depreende nos autos, o contrato foi firmado em 05 de outubro de 2016, com 1º Termo aditivo assinado em 2 de outubro de 2017, oportunidade em que o instrumento teve vigência dilatada por 12 meses;

Considerando que, 2º Termo aditivo foi assinado em 27 de setembro, dilatando a vigência por 12 meses;

Considerando que, conforme declaração do fiscal do contrato nos autos do Processo Administrativo nº 03.16.376, a contratada vem cumprindo com todas as obrigações avençadas;

Considerando que, nesse sentido, o escopo do contrato foi integralmente cumprido dentro do prazo de vigência;

Considerando que, nos termos das considerações do fiscal do contrato nos autos do Processo Administrativo nº 03.16.376, a data em que o contrato foi assinado não privilegia a celeridade e tempestividade necessária para que a Alta Administração da empresa tenha acesso aos relatórios contratados, as partes resolvem o abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação da vigência contratual, bem como alteração parcial do Anexo I – Projeto Básico da Prestação dos Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual consignado na cláusula quarta do instrumento de contrato originário, fica prorrogado por 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 29 de agosto de 2019 e findando-se no dia 28 de agosto de 2020, conforme autoriza art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO PARCIAL DO ANEXO I – PROJETO BÁSICO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Anexo I – Projeto básico da prestação de serviços, passa a ser o que segue:

CRONOGRAMA DE TRABALHO- RETIFICAÇÃO ITENS 1.1, 1.2 E 1.5:

1.1. Auditoria das Demonstrações Financeiras, a se encerrarem em 31 de dezembro do ano, a ser conduzida de acordo com o disposto nas normas internacionais de auditoria em vigor (NBCTAs) e em observância às normas contábeis emanadas pelos Órgãos Fiscalizadores, tais como: Instituto dos Auditores Independentes – IBRACON, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Terá prazo limite para discussão de minuta de parecer e recomendações de ajustes porventura necessários até 28 de fevereiro do ano seguinte, devendo o parecer conclusivo ser entregue até 20 de março do referido ano.

1.2. Revisão Especial das informações relativas ao semestre a se encerrarem em 30 de junho do ano, inclusive, com base nas práticas contábeis brasileiras, com a emissão de Relatório de Revisão Especial em observância a NBC TR 2400 e NBC TR 2410). Terá prazo para discussão de eventuais ajustes até 05 de setembro do mesmo ano, devendo o parecer conclusivo ser entregue até 30 de setembro do mesmo ano.

1.5. Emissão de Relatórios acerca dos controles e procedimentos contábeis e fiscais auditados. Os relatórios referentes as auditorias de 30 de junho do ano e 31 de dezembro do ano, deverão ser emitidos até 30 de setembro do mesmo ano e 20 de março do ano seguinte.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

O custo do presente aditivo ocorrerá por disponibilidade financeira da Contratante, nos termos do artigo 12 da Lei Municipal 10.003, de 25/11/2010.


CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente termo aditivo correrá por conta e ônus da Contratante.


CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO


Permanecem integralmente mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato e anexo I ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento. E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2019.

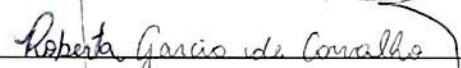

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH Ativos S/A

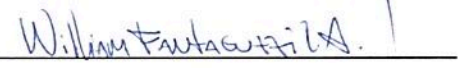

Soraya Mourthé
Diretora Executiva
PBH Ativos S/A


Francisco de Paula dos Reis Junior
BDO RCS Auditores Independentes – SS


Paulo Eduardo Santos
BDO RCS Auditores Independentes – SS

Testemunhas:

1)- 
Nome: Roberta Garcia de Carvalho
CPF: 404.059.748-47

2)- 
Nome: William Fantaguzzi Lage de Almeida
CPF: 091.062.046-60